**NOME:** Ana Beatriz Nestlehner Cardoso de Almeida  **DATA**: 19/10/2022

**TÍTULO:** The unbearable heaviness of climate coloniality.

**AUTORS:** Farhana Sultana

# Descrição dos autores

[**Fahrana Sultana**](https://www.farhanasultana.com/)**,** é bacharel em geociências e estudos ambientais pela Universidade de Princeton, mestre e doutora em geografia pela universidade de Minnesota. Atualmente é professora do Departamento de Geografia e Meio Ambiente da Escola Maxwell de Cidadania e Assuntos Público da Universidade de Syracuse em Nova York, onde também é diretora de pesquisas avançadas para colaboração ambiental e colaboração em conflitos. Colabora com diversos departamentos e grupos de pesquisa voltados aos estudos da mulher e gênero, relações internacionais, administração e políticas ambientais, humanidades, epistemologia e estudos relacionados à Asia, assim como é pesquisadora visitante do Centro de Pesquisa em Mudanças Climáticas da Universidade Independente de Bangladesh. Fahrana especializou-se em ciências naturais, políticas e sociais e considera sua experiencia pessoal, determinante para seu engajamento para justiça social. Foi membro e pesquisadora de diversas instituições e comitês relacionados a água, geografia e mudanças climáticas, sendo fundadora do Water Fórum. Seus interesses são múltiplos desde as relações do homem em sociedade e no meio ambiente, as problemáticas da água, governança, gênero, urbanismo, política, justiça social e assuntos descoloniais. Contando com uma infinidade de publicações das quais destaco: **1. “Climate Citizens versus Climate Subjects: The Relationship Between Climate Change and Citizenship”** (under preparation) **2. “Critical Climate Justice”**The Geographical Journal Vol. 188, Pg. 118–124, 2020; **3. “Decolonizing Development Education and the Pursuit of Social Justice”** Human Geography Vol. 12, No. 3, Pp. 31-46. 4. **“Gender and Water in a Changing Climate: Challenges and Prospects”** Water Security Across the Gender Divide, Christiane Fröhlich, Giovanna Gioli, Roger Cremades and Henri Myrttinen (Eds.) Springer: The Netherlands. Pp. 17-33.

**Mais informações:** <https://www.farhanasultana.com/about/>

# IdeIas Centrais

1. **Introdução:** Uma crítica ao sistema de negociação a ação climática em âmbito global trazendo falas de representantes de setores marginalizados na COP 26 para demonstrar as ações climáticas como instrumento de colonização dos países em desenvolvimentos, uma vez, que sua agenda é definida pelos países desenvolvidos. Nas COPs observa-se maior representatividade de membros da indústria do petróleo, o que pode justificar a incapacidade global de estabelecer uma responsabilidade compartilhada com uma meta comum para diminuir o hiperconsumo e encaminhar problemáticas dos combustíveis fósseis. O resultado é a maior exposição a riscos das comunidades no sul global, que são os mais impactados pelos efeitos das mudanças climáticas. Apesar da despolitização e ineficácia, as COPs são arenas de oportunidade para a aliança de coletivos e representantes de setores marginalizados para re-politizar, desafiar e transformar o sistema hegemônico eurocêntrico, por meio da prática coletiva, esperança e crítica. Através de um relato pessoal, ilustra as emoções, sensações, reflexões políticas, de quando vivenciou um desastre ambiental em Bangladesh, demonstrando que a vivência pessoal é sempre uma questão política, em sua perspectiva, pertencente a um local específico, ao refletir sobre aspectos locais e globais. Um processo climático está intrínseco a experiência do sujeito, no qual implica em traumas no corpo e na mente, tal qual a violência da colonização.

**2) Entendendo a Colonização Climática:** A precariedade e vulnerabilidade são aspectos preponderantes, nas percepções de estudantes que viveram a colonização, assim como nas manifestações marginais durante a COP 26. A colonização impacta todos os aspectos da vida, as relações com a natureza, em sociedade e dinâmicas de trabalho, e é perpetuada no cotidiano dos sujeitos através da manutenção das relações de poder hierárquicas e dominações raciais. O colonialismo climático está na relação desigual entre o Sul Global e o Norte Global e na delimitação de zonas de sacrifício em localidades mais vulneráveis as mudanças climáticas, cuja excessiva exposição aos impactos climáticos força a expropriação e migração de sua população (pág. 4). São resquícios da violência Imperial, que intensificou a degradação ambiental. O consequente aumento de eventos extremos intensifica vulnerabilidades e desigualdades, e são vivenciados, economicamente, ecologicamente e politicamente, por indivíduos e comunidades. A dicotomia entre o ocidente hiper desenvolvido, marcado pelo consumismo excessivo, e o restante do mundo subdesenvolvido devido a tomada dos recursos naturais e abuso do trabalhador. O Luxo do norte mantido pela sobrevivência do sul. Um neocolonialismo global, através de intervenções desenvolvimentistas de políticas e ideologias internacionais, eurocêntricas, que reproduzem as mesmas desigualdades, o racismo e a opressão da colonização e imperialismo, nas quais “desenvolvimento” é medido pela capacidade econômica (pág. 5). Além disso, uma relação de poder fundada na “emergência climática”, cuja ação é definida hierarquicamente em negociação internacionais, acordos bilaterais e multilaterais, e consequente criação de mecanismos para desenvolvimento e financiamento climático (MDL, REED+, etc.), ignorando as especificidades locais e as diferentes capacidades de competitividade entre países na cena global. A consolidação da lógica neocolonial de governança, impede transformações estruturais necessárias para uma mudança sistêmica para equidade. Soluções ineficientes mantêm o capitalismo de mercados globais, sob domínio das corporações, reforçando o domínio imperial, influenciando Estados, em nome do capital, a sancionar políticas violentas que sacrificam populações locais. O colonialismo está no subdesenvolvimento do global sul, a precariedade estrutural, injustiças distributivas e processuais e a incapacidade de lidar com os efeitos das mudanças climáticas localmente. A diferença socioespacial dos impactos de desastres naturais é associada a classe, raça e gênero, os grupos minoritários, que menos contribuem com as emissões, mas com maior prejuízo. Uma crise climática associada a crise racial. As mudanças climáticas como uma extensão do colonialismo, agora dos direitos “das proporções das emissões atmosféricas, que não contabilizam a histórica opressão, empobrecimento e violação dos direitos humanos (pág. 5), uma coprodução do capitalismo hetero-patriarcal, racista da supremacia branca eurocêntrica e imperialista, da qual as elites locais são cumplices para garantia da manutenção do poder (pág. 6). O colonialismo na hegemonia eurocêntrica da produção do conhecimento sobre o clima e seu debate global direciona as ações políticas e validam formas de produção do conhecimento. Trata-se de uma violência epistemológica. Uma cognição colonialista do pensamento do que é conhecido e o valorizado, homogeneizando as narrativas para soluções e financiamento climático. Um racismo epistemológico eurocêntrico, com sua suposta superioridade e fetichismo tecnológico. O olhar do branco salvador, que consertará os problemas do terceiro mundo, por ações humanitárias, capitalismo verde, investimentos para crescimento econômico na lógica do capitalismo, ainda as custas das “colônias” (pág. 6). Há a necessidade de desafiar a epistemologia e incluir a perspectiva, dessas resistências, de quem vivência e sentem, materialmente e visceralmente, os abusos do colonialismo climático. Para a busca da pluralidade, problematizando o significado de ser humano e a prática humana, confrontando o colonialismo e o imperialismo, contradizendo a violência epistêmica da lógica ontológica e epistemológica (pág. 6).

**3) Descolonizando o Clima: De**scolonizar o clima a partir da criação de alternativas para produção material e epistemológica, que valorizem as experiências vivenciadas, buscando redirecionar efetivamente os meios de opressão coloniais que consolidam a marginalização social e racial, por meio da discussão, fortalecimento e inclusão no debate global de temas descoloniais. Reconstruir e coproduzir o conhecimento identificando as injustiças distributivas e processuais para desenvolvimento de ações que sejam reconstituidoras e reparatórias, partindo da revisão do passado, análise do presente e projeção de um futuro para destituir as solidas forças de poder colonial e imperial, ideológicas, políticas e econômicas (pág. 6). A confluência da academia, ativistas e tomadores de decisão política é fundamental para reconhecimento crítico dos métodos e metodologias que perpetuam as injustiças históricas, assim como para reformular meios que promovam a equidade. É necessário desafiar as verdades e normas universais, assim como imposições tecnológicas da modernidade hegemônica eurocêntricas. É preciso investir na informação para a realização pessoal, curando traumas, por meio da empatia transformativa, para lutar contra os prejuízos cumulativos da opressão colonial. É fundamental o reconhecimento da vida humana cotidiana e sua relação com as escalas espaciais, mudar modos de compreender os resultados políticos, materiais, discursivos e epistemológicos (pág. 7).

**3.1) Material e político:** Condições de vulnerabilidade e prejuízo climático são relativas aos aspectos materiais, raciais e coloniais. A transformação dos sistemas de governança que reproduzem as desigualdades e a exploração é insuficiente, pois é controlada pelo poder colonial e imperial, suas ideologias, discurso e práticas climáticas. Para descolonizar e promover uma justiça distributiva entre os países e nos países é fundamental a ruptura de políticas internacionais constituídas e o reconhecimento das diferenças locais (pág. 7), lutar contra o apagamento dos setores minoritário e reconstruir as relações nas diferentes escalas geopolítica, valorizando o conhecimento das relações humanas e não humanas, dos saberes tradicionais e da produção cientifica de todo mundo. O debate para reparação climática é empobrecido por sistemas de financiamento internacional, interesses do mercado global, capitalismo extrativista e tratados comerciais ecologicamente injustos, que geram crescimento assimétrico no sul global. Enquanto a discussão da política de “perdas e danos” é insuficiente, os países historicamente responsáveis pelo aquecimento global são incapazes de reduzir as emissões, tão pouco encaminhar a transição energética efetivamente, ou reduzir o hiperconsumo, cujo prejuízo ambiental é expropriado para os países em desenvolvimento. A colonização da atmosfera (pág. 7). Precisamos estancar as injustiças do poder imperialista para repensar todas as dimensões das relações institucionais e processuais, transformando suas capacidades para co-criação, cogestão e compartilhamento de poder. Assim como, rever o papel das organizações não governamentais, instituições desenvolvimentistas e financiadoras, na reprodução do colonialismo climático por meio dos modelos para adaptação e ação climática. Problematizar a educação hegemônica e seus padrões eurocêntricos ocidentais, promovendo a descentralização e restruturação do sistema educacional. Rever a adoção de indicadores econômicos para análise da qualidade de vida sob a lógica da acumulação e expropriação. Reconhecer que a cooptação, captação e silêncio de movimentos locais também acontece devido a raça, gênero, classe e origem étnica. Apesar das fragmentações e condições hierárquicas, coletivos e movimentos são unidos por um objetivo comum. Mas entre grupos minoritários também há divergência nas condições de poder e privilégios. A globalização neoliberal reduz as possibilidades de florescimento de iniciativas de alteridade. O cuidado coletivo que emerge das situações de calamidade ambiental e dominação colonial. Analisar as múltiplas escalas geográficas é fundamental para enfrentar a crise, vislumbrar e cocriar soluções, incluindo a descolonização epistêmica e o comprometimento para ações coletivas transversais. Estamos machucados, mas podemos nos curar (pág. 8).

**3.2) Discursivo e epistemológico:** Precisamosproblematizar a produção do conhecimento e suas definições epistêmicas e reconhecer a hegemonia do “homem branco eurocêntrico” na definição de narrativas, discursos climáticos “brancos” e ocupação dos espaços intelectuais. As projeções apocalípticas de um futuro europeu, são o passado e presente de comunidades marginalizadas do sul global (pág. 8). As injustiças cognitivas são introduzidas pela educação formal ocidental. Para descolonizar o clima é necessário rever as especialidades e os especialistas, confrontando a hegemonia eurocêntrica de quem pesquisa, o que pesquisa, como é apresentado e discutido as questões climáticas, valorizando epstemologias plurais, promovendo a pesquisa e o ensino interdisciplinar e transdisciplinar, assim como quebrar as barreiras do universalismo da lógica de governança das agendas globais. Lutar contra o epistemicídio, a partir de uma política de citação dos pesquisadores “marginais” as escolhas do capitalismo neoliberal, que define o que merece ser visto, inclusive na academia. Resistir a violência epistêmica, que silencia e exclui depoimentos e evidências, destrói a cultura, a língua, os artefatos e as práticas cotidianas. Problematizar quem fala por quem. Narrativas dominantes resistem e colonizam a forma de pensar. Recuperar a memória coletiva expandindo a compreensão das relações entre homem e natureza, sociedade e produção do conhecimento. Valorizar conhecimentos tradicionais e indígenas, incentivando a ressurgência de práticas culturais das minorias étnicas, e a exploração das linguagens artísticas e metodologias colaborativas. Priorizar a pluralidade, o bem-estar coletivo e coexistência ao invés de a universalização do conhecimento (pág. 9). Dar viabilidade aqueles, cuja cosmologia, a vida cotidiana, a rede de cuidado importam. Mudar o local para global, desaprendendo a cultura hegemônica eurocentrista. Compreender que a comunidade climática traz a oportunidade de reunião de coletivos diversos para mobilização política. Transformar as “feridas do colonialismo” como força motriz para libertação, renovação, ressurgência, e a verdadeira liberdade coletiva no combate as instituições opressoras por meio da consciência política dos grupos minoritários, assim como pela valorização dos ecossistemas, agroecologia ao invés da transformação da natureza em comodities. Reconhecer que para o enfrentamento do colonialismo climático é necessário “esquecer” e “reaprender”, um trabalho pela dor para curar e formular a prática libertadora contra o colonialismo, presente, hoje ontem e amanhã.

# Metodologia e teorias utilizadas que dialogam

O artigo integra teorias, estudos empíricos, emoções e contações de história para fundamentação argumentativa e é dividido em quatro capítulos. A autora explora aspectos relacionados aos traumas - individual, coletivo e intergeracional- de vivenciar desastres ambientais, dispondo da autoetnografia e conteúdo de outras pesquisas para teorização da colonização climática. Interrelaciona a escrita acadêmica com demarcação do clima, nos corpos, mentes e território, no passado e no presente. Identifica as dificuldades como a força motriz para a consciência política, e, produção de conhecimento contrários as opressões globais, uma epistemologia descolonial. Valoriza o conhecimento marginal, integrando a cosmologia, a experiência cotidiana, aspectos subestimados pela cultura hegemônica eurocêntrica. Demonstra que essa compreensão depende do encaminhamento dos aspectos da violência colonial epistêmicas e materiais. Além disso, busca teorizar o colonialismo climático a partir da experiência da vida cotidiana, reforçando a necessidade do confronto das estruturas de poder por meio da reconstrução da memória individual e coletiva. Introduz a partir da correlação de depoimentos, impressões e sua própria experiencia pessoal para fundamentar a discussão sobre como as violências são perpetuadas pelo sistema político e econômico, discursos e epistemologias. Reforça a necessidade de construir novas formas de produção de conhecimento a partir da experiencia do sujeito. A discussão é feita por meio de uma série de exemplificações e demonstrando primeiramente as formas de colonialismo climáticos, para apontamento de como devemos agir para descolonizar o clima. A reflexão sobre alguns aspectos centrais é feita ciclicamente ao longo do artigo. Potenciais para resistência e ação para descolonização são apontadas ao longo dos capítulos e subcapítulos. Conclui com sugestões de como devemos agir para descolonização do clima e finaliza com mais um trecho de sua experiencia pessoal.

**Teorias relacionadas:**

1. Imperialismo; 2) Colonialismo climático 3) Epistemologia; 4) Políticas internacionais; 5) Racismo

# Conclusão da autora

A autora conclui que as marcas do colonialismo estão no passado no presente e no futuro, enquanto as discussões do clima o perpetuam por intervenções neoliberais e desenvolvimentistas, capitalismo racial, sistemas educacionais e a comunicação. O discurso e abordagens do colonialismo climático são estruturais e epistemológicos e mantém as forças de poderes e alianças globais (econômico, político e discursivo), velam a violência e opressão individual de quem experiencia os efeitos dos desastres naturais, uniformizando abordagens hegemônicas eurocêntricas, indiferente aos meios e culturas tradicionais. Para descolonizar é necessário individualizar a abordagem e desafiar o colonialismo e todas as suas formas de desenvolvimento e reprodução, inclusive em níveis globais e produção de conhecimento. Para isso, é fundamental o reconhecimento das patologias do colonialismo climático de quem experiencia os impactos do clima, ouvindo e considerando suas experiências, aprendendo com as vivencias geográficas emocionais (pág. 9).

# Citações

“Lembro-me claramente daquela noite quando um ciclone tropical enorme chegou a Bangladesh, como o som da tempestade, a agitação das árvores e o tremor do prédio me assustaram durante toda a noite.” Pág2

“Em outras palavras a colonização impacta todos os aspectos da vida - da relação com a natureza, com o outro e com amplo sistema de trabalho.” (pág. 4)

“As mudanças climáticas se aproximam do colonialismo, mas não do passado, mas da colonização em andamento, que governa e estruturas nossas vidas que são constituintes do processo do capitalismo imperialismo e do desenvolvimento internacional.” (pág. 4)

“Ironicamente, o custo socioecológico e expansão de zonas de sacrifício estão relacionados em muitas instancias com ações violentas sancionadas pelo governo, que resultam na migração climática (...) o estado nunca está sozinho é influenciado pelo capital.” (Pág. 5)

“Isso porque sistemas de governança contemporâneos estão fundamentados há séculos por estruturas de poder e ideologias coloniais e imperiais, pelas quais agora a rede de estado nação, corporações, e elites dominam as definições discursivas entorno do clima e resultados materiais.” (pág. 7)

“Descolonizar a mente mantem-se crítico para justiça epistêmica e plural, onde a recuperação da memória coletiva, sonhos, e práticas culturais que busquem a convivência são importantes para superar a matriz colonial.” (pág. 9)